
A DINÂMICA POPULACIONAL DAS CIDADES DO CONTINENTE PORTUGUÊS

THE DEMOGRAPHIC EVOLUTION OF PORTUGUESE CITIES

Autor: Henrique Albergaria
- Director Regional do INE

RESUMO:

- Neste artigo analisam-se alguns aspectos da dinâmica das cidades portuguesas do continente com base em informação demográfica que cobre um período de mais de um século. Essa reflexão incide essencialmente sobre a evolução da posição hierárquica desses centros urbanos procurando-se, por outro lado, esboçar um quadro comparativo dos sistemas de cidades das cinco regiões do Continente.

PALAVRAS-CHAVE:

- *Urbanização, cidades, demografia*

ABSTRACT:

- In this paper the author studies the dynamics of Portuguese urban spaces, based on demographic data series starting in 1864. This study focus on the changes in the ranking of urban centres comparing the different patterns of the five Portuguese mainland regions.

KEY-WORDS:

- *Urbanization, cities, demography*

A DINÂMICA POPULACIONAL DAS CIDADES PORTUGUESAS DO CONTINENTE

O principal objectivo deste artigo é o de analisar alguns aspectos da dinâmica das cidades portuguesas do Continente com base em informação demográfica que cobre um período de mais de um século. Essa reflexão incidirá essencialmente sobre a evolução da posição hierárquica desses centros urbanos procurando-se, por outro lado, esboçar um quadro comparativo dos sistemas de cidades das cinco regiões do Continente.

O apuramento dos dados necessários à realização do estudo exigiu que se estabelecesse um critério para identificar a área correspondente a cada uma das cidades e a sua correspondência com as unidades territoriais consideradas na colecta das estatísticas oficiais. Ora, não tendo esta questão sido ainda suficientemente estudada no nosso país, houve que ensaiar alguns critérios de modo a seleccionar aquele que poderia ser escolhido para definir a cidade do ponto de vista estatístico. Por isso começaremos por abordar os aspectos metodológicos relacionados com o conceito estatístico de cidade e as suas implicações práticas, servindo a análise que se lhe segue sobretudo para ilustrar o potencial de uma área de investigação em que os trabalhos escasseiam.

1 - POR UMA DEFINIÇÃO ESTATÍSTICA DO CONCEITO DE CIDADE

1.1 - PORQUÊ ESTATÍSTICAS URBANAS?

O século XX poderá vir a ficar na história da humanidade, como o século da mudança de uma sociedade rural para uma sociedade urbana: em 1900 menos de 10% da população mundial vivia em cidades enquanto que actualmente metade da população do planeta é urbana. O aumento da população urbana durante os últimos cem anos foi, pois, verdadeiramente exponencial, passando de 148 milhões de habitantes em 1900 a 2200 milhões em 1990 (POLÈSE, 1998).

É natural que neste contexto e em particular nos países mais desenvolvidos onde a taxa de urbanização ultrapassa os 70%, surjam repetidas provas da importância que a escala urbana foi adquirindo na sociedade actual, tanto ao nível dos processos de decisão como ao nível da análise dos problemas. Não surpreende também que a própria Comissão Europeia (COMISSÃO EUROPEIA, 1997), veja nas cidades os motores do crescimento económico, da competitividade e do emprego, embora alerte para a concentração crescente nas áreas urbanas dos problemas do desemprego, ambiente, criminalidade, pobreza e exclusão social.

É óbvio que esta acelerada concentração urbana gera uma procura de informação específica incluindo naturalmente aquela que se relaciona com os

disfuncionamentos das áreas urbanas (criminalidade, poluição, congestionamentos, etc.) e que se destina a sustentar a análise, o planeamento e a tomada de decisão que tem por âmbito essas áreas. Esta é a razão de fundo pela qual se assiste a um reforço da importância das estatísticas urbanas na generalidade dos países incluindo, naturalmente, nos menos desenvolvidos, povoados também de grandes metrópoles que não param de crescer.

1.2 - A DIFICULDADE DOS CONCEITOS

Se é certo que a concentração urbana gera novas necessidades de informação estatística, não é menos verdade que a natureza eminentemente pluridisciplinar do objecto de estudo, dá origem a múltiplas perspectivas que remetem para espaços e a áreas territoriais distintos. As polémicas à volta da definição do conceito de urbano (e de rural), é um bom exemplo dessa diversidade de olhares embora, com o passar do tempo, se constate que o modo de vida urbano se está espalhando a toda a sociedade, esbatendo as dissemelhanças e tornando cada vez mais difícil distinguir o que é urbano do que é rural.

Contudo, quaisquer que sejam as particularidades de cada disciplina ou de cada analista, subsiste a questão concreta da delimitação territorial das áreas urbanas. Na prática, o critério mais habitualmente utilizado, embora nem sempre isoladamente, é o de considerar urbanas as áreas com uma densidade populacional relativamente elevada. Para um economista, este é um critério satisfatório pois, na sua óptica, a especificidade dos espaços urbanos nasce fundamentalmente da proximidade dos agentes económicos e dos contactos frequentes que essa concentração proporciona às famílias e aos sectores de actividade (SULLIVAN, 1995).

Também relativamente ao conceito de cidade surge o mesmo tipo de dificuldades. A cidade tanto pode ser considerada simplesmente como um lugar de forte concentração de pessoas e actividades, um espaço caracterizado pela continuidade da construção, um lugar de concentração de poder político, um lugar caracterizado pelo modo de vida, etc. (CAMAGNI, 1992). A discussão sobre o conceito de cidade é, na realidade, mais complexa pois apesar das cidades terem nascido há mais de 5000 anos no Médio Oriente e se terem espalhado progressivamente por todo o mundo (MUMFORD, 1961; BAIROCH, 1988), pode questionar-se a pertinência de um conceito que pretende abarcar formas tão distintas e que vão desde as cidades-estado da Grécia até às grandes metrópoles actuais, e nas quais é difícil vislumbrar uma essência comum (BAUMONT, 1996)).

Assim, apesar do que se referiu relativamente à densidade populacional, não será de estranhar que os critérios utilizados para definir as áreas urbanas variem de país para país, em função também da organização política, administrativa e territorial de cada um. Por exemplo, nos países que compõem a União Europeia, encontramos essa diversidade tanto ao nível da unidade territorial utilizada (aglomeração geográfica ou unidade administrativa) como nos limites da população. Por razões óbvias é necessário definir conceitos harmonizados à escala europeia e por isso assiste-se actualmente a um gradual processo de convergência (EUROSTAT, 1992)

1.3 - A CIDADE EM PORTUGAL

Em Portugal é a Assembleia da República que decide da elevação dos lugares às categorias de vila e cidade. Segundo o art. 13º da lei 11/82 de 2 de Junho, “uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 8000 e possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: a) instalações hospitalares com serviço de permanência b) Farmácias c) Corporação de bombeiros d) Casa de espectáculos e centro cultural e) Museu e biblioteca f) Instalações de hotelaria g) estabelecimento de ensino preparatório e secundário h) Estabelecimento de ensino pré-primário e infantários”.

No entanto (art. 14º), “importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados nos art. 12º e 13º”.

Constata-se, em primeiro lugar, que a margem de manobra consentida pelo art. 14º tem dado azo a um cada vez maior relaxamento das condições exigidas pelo art. 13º. Se considerarmos as vilas que foram elevadas à categoria de cidade depois da publicação da lei encontramos mais de metade que estão longe de cumprir o quesito relativo ao número de eleitores definido no art. 13º.

Para além dessa questão cujo efeito prático é o de tornar mais heterogéneo o grupo de unidades territoriais que designamos por cidades, uma outra se coloca relacionada com os limites das cidades. Com efeito, por razões várias, nem sempre os limites definidos pelo INE para os lugares cidade coincidem com os limites que a autarquia considera para a cidade. Em geral, os órgãos autárquicos identificam esses limites com o perímetro urbano definido nos Planos Directores Municipais. Por altura da revisão periódica dos PDM esses limites podem ser alterados.

Em suma, a insuficiente articulação entre o sistema estatístico oficial e as autarquias nesta matéria introduz uma complexidade dispensável na obtenção da informação necessária à gestão e análise das áreas urbanas.

1.4 - UMA PROPOSTA DE CONCEITO ESTATÍSTICO DE CIDADE

Enquanto não for possível estabelecer as regras que permitam facilmente converter a área da cidade em unidades territoriais estatísticas, torna-se necessário definir um conceito estatístico da cidade que possibilite a realização de análises e estudos.

O critério que aqui se defende parte do conceito de lugar cidade definido pelas estatísticas oficiais. Como é óbvio, esses lugares, definidos pela continuidade da construção, podem repartir-se por várias freguesias. Nessas condições parece aceitável considerar como aproximação estatística da cidade o território correspondente ao conjunto de freguesias pelas quais ela se espalha, eliminando

aquelas em que a percentagem da população da cidade aí residente não atinge os 50% da população da freguesia.

Um argumento em favor desta metodologia é a de estar de acordo com a prática de vários países da Europa nos quais, sempre que os limites das unidades administrativas não coincidem com os limites estatísticos, se aplica a citada regra dos 50%, isto é, toma-se como aproximação o nível territorial correspondente ao mais baixo nível administrativo.

A escolha da freguesia como unidade territorial de referência oferece várias vantagens entre as quais a de constituir a base de referência para diversas fontes de informação. Assinale-se, por outro lado, que em nenhuma freguesia do país existe mais de uma cidade.

Em termos de análise, os envios associados a esta opção metodológica não serão significativos, principalmente se o objectivo for analisar a evolução de variáveis, estudar repartições ou hierarquias. Para outros fins, por exemplo análise da actividade económica ou do emprego, e para algumas cidades em particular, a situação poderá ser diferente.

1.5 - RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO MÉTODO

Um primeiro exercício realizado com a base de dados construída para este estudo, consistiu na comparação da população das cidades com a população do conjunto das freguesias pelas quais se repartem. Nesse ensaio, agruparam-se as cidades em classes, desde o grupo que inclui as cidades cuja população corresponde exactamente à soma da população das freguesias pelas quais se espalham (100%), até ao grupo que inclui as cidades que, para o mesmo indicador, apresenta um valor inferior a 20%. Os resultados, inscritos no QUADRO 1, suscitam alguns comentários.

Desde logo, para um número muito significativo de cidades (66 em 111), que no seu conjunto representa mais de 85% da população citadina do Continente, a diferença entre a respectiva população e a população total das freguesias pelas quais se repartem é, em média, muito pequena, atingindo um valor máximo compreendido entre 10 e 20 pontos percentuais para apenas 17 das 66 cidades referidas.

No outro extremo estão 16 cidades cuja população representa menos de 50% da população das freguesias pelas quais essas cidades se repartem. Note-se, no entanto, que a população deste conjunto de cidades representa no total apenas cerca de 1,8% da população que vive nos lugares cidade do Continente.

QUADRO 1. RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO DAS CIDADES DO CONTINENTE E A POPULAÇÃO DAS FREGUESIAS PELAS QUAIS ELAS SE REPARTEM

Classe	Taxa de coincidência	Número de Cidades	Pop. da Freg. Resid. na Cidade	População Resid. na Freguesia	Diferença
1	$2 = (4/5) \times 100$	3	4	5	$6 = 5 - 4$
1	Igual a 100	19	1 277 004	1 276 671	-333
2	Entre 90 e 100	30	829 798	878 573	48 775
3	Entre 80 e 90	17	228 707	270 091	41 384
4	Entre 70 e 80	12	235 937	315 548	79 611
5	Entre 60 e 70	7	48 190	73 103	24 913
6	Entre 50 e 60	10	75 385	135 014	59 629
7	Entre 40 e 50	1	3 734	8 818	5 084
8	Entre 30 e 40	4	11 273	30 569	19 296
9	Entre 20 e 30	5	15 741	56 292	40 551
10	Menos de 20	6	17 624	164 572	146 948
Total		111	2 743 393	3 209 251	465 858

Verifica-se, por outro lado, que mesmo admitindo que as cidades correspondem em termos populacionais às freguesias pelas quais se repartem, essa opção metodológica só é insatisfatória para um máximo de 30% das cidades do Continente (taxa de coincidência inferior a 70%) que no seu conjunto representam apenas 6,3% da população citadina do Continente.

O exercício seguinte realizado com a base de dados consistiu na aplicação da metodologia aqui defendida baseada na exclusão das freguesias que não cumprem a regra dos 50%. Deparamos com três tipos de situações distintas (QUADRO 2):

Para um primeiro grupo de 80 cidades (grupo A), verificou-se que aplicação da regra conduzia a definir o território de cada cidade exactamente coincidente com o território do conjunto das freguesias pelas quais se repartia, sem excluir nenhuma.

Para um segundo grupo de cidades (grupo B), a aplicação da regra conduziu à definição de um território que correspondia ao território de apenas algumas das freguesias pelas quais elas se espalhavam (aquelas em que mais de metade da população pertencia ao lugar cidade).

Finalmente, para um terceiro grupo de cidades (grupo C) não foi possível, aplicar a regra dos 50%, quer por as cidades se repartirem por uma só freguesia da qual, em termos populacionais representam uma parte inferior a 50%; quer devido ao facto de alguns lugares cidades das estatísticas oficiais estarem actualmente especialmente desajustados à realidade que são supostos descrever. Assim, para este conjunto de 15 cidades (QUADRO 3) optou-se por considerar que a sua população correspondia à população das freguesias pelas quais essas cidades se repartiam mesmo quando os números indicavam que se tratava de uma pequena parte dessa população.

Em suma poder-se-á dizer que as distorções causadas pela aplicação deste critério não parecem excessivas e sobretudo podem ainda vir a ser a minoradas brevemente tendo em conta o projecto BGRI (Base Geográfica de Referenciação de Informação) em curso no INE.

QUADRO 2. GRAU DE APLICABILIDADE DO CRITÉRIO ESTATÍSTICO

Tipo	Nº de Cidades	Pop. da Freg. Resid. Cidade	População Resid. na Freguesia	População Estimada Cidades	Diferença
1	2	3	4	5	6=4-3
A	80	2 279 827	2 440 274	2 440 274	160 447
B	16	417 954	518 077	425 519	100 123
C	15	45 612	250 900	250 900	205 288
Total	111	2 743 393	3 209 251	3 116 693	465 858

QUADRO 3. CIDADES DO GRUPO C

Cidades	Pop. Freguesia Resid. na Cidade	%	População Estimada Cidades	População Residente Freguesias	Diferença
1	2	3=2/4x100	4	5	6=5-2
Águeda	3 841	39,2	9 792	9792	5 951
Albufeira	4 324	28,1	15 373	15373	11 049
Alcácer do Sal	3 734	42,3	8 818	8818	5 084
Amora	7 122	15,7	45 278	45278	38 156
Ermesinde	5 690	16,5	34 415	34415	28 725
Felgueiras	1 816	26,6	6 835	6835	5 019
Lixa	1 205	23,6	5 097	5097	3 892
Loures	5 636	28,7	19 636	19636	14 000
Marco Canaveses	282	9,9	2 843	2843	2 561
Paços de Ferreira	1 525	35,3	4 320	4320	2 795
Pombal	4 760	37,2	12 805	12805	8 045
Rio Tinto	1 260	3,1	40 907	40907	39 647
Seixal	2 652	9,5	28 026	28026	25 374
Vale de Cambra	1 147	31,4	3 652	3652	2 505
Valongo	618	4,7	13 103	13103	12 485
Total	45 612		250 900	250 900	205 288

2. A DINÂMICA POPULACIONAL DAS CIDADES DO CONTINENTE

A escolha das cidades como unidades de análise levanta por vezes algumas reservas. Uma opinião, que encontra eco em vários investigadores é que “entre nós cidades são aglomerados definidos como tal por via legislativa e a elevação de muitas

das povoações, se deve a causas aleatórias, as cidades apresentam uma grande diversidade de características que tornam duvidoso o seu tratamento conjunto e não aconselham a sua consideração como elemento privilegiado de estudo”. (SALGUEIRO, 1992). Não partilhamos essa opinião, fundamentalmente porque é a natureza dos problemas e o nível de análise ou intervenção que determina a escala territorial mais adequada. Por exemplo, o conceito de região urbana em sentido lato, que entra em linha de conta com os movimentos pendulares e que corresponde grosso modo às bacias de emprego, é certamente um conceito incontornável para o desenvolvimento de análises territoriais que incidam sobre a organização do espaço, a localização das actividades, a determinação de zonas de influência, etc. Contudo, o conceito de cidade, a área que em Portugal é em geral delimitada pelo perímetro urbano, também constitui uma escala importante de análise territorial e um espaço de planeamento específico o que justifica, portanto, a sua individualização.

2.1 ALGUNS ASPECTOS DA DINÂMICA GLOBAL DAS CIDADES DO CONTINENTE

No fim de 1998, havia oficialmente em Portugal 121 cidades, das quais 111 no Continente. No QUADRO 4 estão agrupados as cidades segundo a sua dimensão (população) em momentos diferentes do tempo.

Verifica-se em primeiro lugar que a dimensão média das cidades do Continente é muito pequena (menos de 30 000 habitantes) o que é coerente com o facto de 70% das cidades terem menos de 20 000 habitantes.

No que respeita à evolução entre 1864 e 1991 constata-se que a população que vive nas áreas agora consideradas cidades triplicou durante o período, valor muito acima do crescimento populacional global do Continente durante o mesmo período (144,8%).

Curiosamente, as cidades de Lisboa e Porto propriamente ditas cresceram a uma taxa mais moderada mas, é claro, este resultado não pode ser interpretado isoladamente, fora do contexto da dinâmica das respectivas áreas metropolitanas que, obviamente, apresentam taxas de crescimento bem superiores.

Constata-se também que entre 1981 e 1991 a população global das cidades do Continente diminuiu em termos absolutos devido sobretudo ao decréscimo significativo da população nas cidades de Lisboa e Porto. A explicação estará na crescente terciarização das zonas centrais dessas cidades e na sua desertificação em termos residenciais em favor das periferias mais próximas, à semelhança do que tem acontecido em muitas cidades europeias onde, aliás, essa tendência está em retrocesso actualmente.

QUADRO 4. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DO CONTINENTE SEGUNDO A DIMENSÃO

Dimensão das cidades	Nº	1991	1981	1900	1864	Variação 1991-81	Tx. cresc. 1991/1864
1	2	3	4	5	6	7=3-4	8=(3-6)/6
Menos de 10000 hab.	39	241722	215203	397951	360719	26519	-0,33
De 10 a 20000 hab.	36	518851	533607	217561	92836	-14756	4,59
De 20 a 30000 hab.	17	413731	409964	51665	46348	3767	7,93
De 30 a 100000 hab.	16	844204	843769	32 98	89349	435	8,45
Mais de 100000 hab.	3	1098185	1259319	517939	190311	-161134	4,77
Total	111	3116693	3261862	1217604	779563	-145169	3,00

2.2 EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DO CONTINENTE

Conforme se pode observar no QUADRO 5, existem diferenças significativas entre as cinco regiões NUT's II do Continente relativamente aos valores médios da população. Os valores mais elevados pertencem às regiões Lisboa e Norte em virtude do peso das duas áreas metropolitanas.

Por outro lado, constata-se que todas as muito pequenas cidades estão situadas a Norte do Tejo (menos de 5000 habitantes) bem como a maioria das pequenas (entre 5000 e 10000 habitantes). Os valores das densidades populacionais são muito diferenciados, fruto nomeadamente do tipo de povoamento e da superfície média das freguesias em cada região. A acção conjugada destes dois factores faz com que este indicador tenha um valor mais de vinte vezes superior no Norte ao que se regista no Alentejo.

QUADRO 5. AS CIDADES DO CONTINENTE POR REGIÃO

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Continente
Menos de 5000	8	3	0	0	0	11
De 5000 a 10000	9	7	4	6	1	28
Mais de 10000	23	12	24	6	8	73
Nº de cidades	40	22	28	12	9	111
Pop. cidades	953333	403306	1426625	165949	167480	3116693
Pop. média	23 833	18 332	50 951	13 829	18 609	28 078
Área freguesias	535	1 083	1 056	2 262	690	5 626
Dens. freguesias	1 782	372	1 351	73	243	554

Fonte: INE, Censos 91

Os dados inscritos no QUADRO 6 permitem analisar a distribuição regional da população das cidades do Continente ao longo de mais de um século.

Os dados sugerem, em primeiro lugar, a ocorrência de mudanças significativas no que se refere ao peso relativo das diferentes regiões. A região de Lisboa e Vale do Tejo, que desde o início do período detém uma posição dominante, viu gradualmente

reforçada a sua importância no conjunto até atingir, em 1981, o seu valor máximo: nesse ano, metade da população citadina do Continente vivia na região de Lisboa. Em 1991 o peso relativo de Lisboa e Vale do Tejo diminuiu, embora no cômputo geral seja a única região que em termos relativos viu reforçada a posição que detinha em 1864.

A região Norte, independentemente de algumas flutuações ao longo do tempo, conseguiu manter praticamente inalterada em 1991 a parte que detinha em 1864, isto é, um pouco menos dos 31%. Sublinhe-se, também, que o conjunto de cidades do Norte, registou uma tendência forte de crescimento relativamente ao recenseamento imediatamente antes do último ao contrário do que sucedeu na região de Lisboa e Vale do Tejo.

No que se refere à região Centro, constata-se, durante o período, uma diminuição significativa, em termos relativos, da população das suas cidades que passa de 15,9% para 12,9% do total. Merece também a pena assinalar que pela primeira vez ao longo de mais de cem anos, se assistiu em 1991 a um crescimento da parte da população das cidades do Centro no total do Continente.

Alentejo e Algarve são as regiões nas quais se registou em termos relativos uma diminuição acentuada da população citadina entre 1864 e 1991. No entanto, as situações parecem bem diferenciadas na medida em que o Algarve apresenta, em duas décadas consecutivas, uma dinâmica de crescimento que contrasta significativamente com a regular diminuição, em termos relativos, da população das cidades do Alentejo. Assim, enquanto a parte da população das cidades do Algarve no total do Continente entre 1970 e 1991 aumenta de 4,1 para 5,4%, a do Alentejo diminui de 5,5 para 5,3% no mesmo período.

QUADRO 6. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CITADINA DO CONTINENTE POR REGIÃO 1864-1991

	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1920	1900	1890	1864
Norte	953 333	933 944	780 348	742 284	667 239	599 664	448 501	386 457	346 597	248 255
Centro	403 306	391 167	322 054	304 275	282 848	249 483	188 885	172 741	163 692	123 596
Lisboa	1 426 625	1 606 348	1 348 317	1 207 706	1 100 729	952 555	665 756	481 347	416 138	277 419
Alentejo	165 949	175 030	149 386	165 181	161 956	143 275	102 241	89 919	83 390	66 022
Algarve	167 480	155 373	111 205	121 218	121 736	112 692	89 008	87 140	85 725	64 271
Continente	3 116 693	3 261 862	2 711 310	2 540 664	2 334 508	2 057 669	1 494 391	1 217 604	1 095 542	779 563

QUADRO 7. EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO CITADINA DO CONTINENTE 1864 - 1991

	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1930	1920	1911	1900	1890	1864
Norte	30,59	28,63	28,78	29,22	28,58	29,14	28,96	30,01	31,15	31,74	31,64	31,85
Centro	12,94	11,99	11,88	11,98	12,12	12,12	12,45	12,64	13,43	14,19	14,94	15,85
Lisboa	45,77	49,25	49,73	47,54	47,15	46,29	45,63	44,55	42,10	39,53	37,98	35,59
Alentejo	5,32	5,37	5,51	6,50	6,94	6,96	6,97	6,84	7,08	7,38	7,61	8,47
Algarve	5,37	4,76	4,10	4,77	5,21	5,48	5,98	5,96	6,24	7,16	7,82	8,24
Continente	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados calculados a partir da informação censitária do INE

3. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DAS SUBSISTEMAS REGIONAIS

3.1. A REDE DE CIDADES DA REGIÃO NORTE

Começamos por apreciar, através dos dados relativos à população, algumas características da rede de cidades da região Norte (QUADROS 8 e 9).

Em primeira lugar, constata-se que a população a viver nas cidades da Região Norte praticamente quadruplicou, passando de 248.255 habitantes em 1864 a 953.333 em 1991.

Em seguida, constata-se que as posições relativas das cidades na hierarquia da região Norte sofreram oscilações significativas durante o período, a traduzir o efeito de factores de natureza diversa que foram afectando o crescimento de cada um dos centros urbanos. Nessas oscilações é possível vislumbrar as épocas de esplendor e de crescimento de cada cidade bem como os períodos mais sombrios de estagnação. Naturalmente que essas flutuações reflectem-se na hierarquia urbana aqui avaliada pela população.

Uma leitura simplificada da evolução ocorrida nos últimos 120 anos é-nos dada pelo QUADRO 9. Aí se pode verificar que das 40 cidades consideradas, 3 mantiveram a sua posição, 18 melhoraram-na e 19 desceram de ranking.

Dentre as cidades que mantiveram a sua posição na tabela, salienta-se naturalmente o Porto, mas também Braga desde sempre a segunda cidade do Norte.

Do conjunto de cidades que melhorou a sua posição registaram-se vários casos de subidas fulgurantes, a maioria das quais, como seria de esperar, pertencentes à área metropolitana: Ermesinde, Maia, S. João da Madeira, Trofa, Espinho e Santo Tirso subiram mais de dez posições entre 1864 e 1991. Matosinhos (9 posições), Fafe (7), Rio Tinto (6), Paços de Ferreira (5), Gondomar (5 posições), Felgueiras (3) e Paredes (3) são ainda casos de subidas significativas que merecem ser destacadas.

Das cidades que desceram de posição, destacam-se os casos de Vila Nova de Foz Côa (18), Lamego (15), Penafiel e Peso da Régua (14), Barcelos (13) e Chaves e Lixa (10). Mas porventura mais significativa é a descida de três capitais de distrito: Viana de Castelo (8 posições), Bragança (5) e Vila Real (3) a demonstrar que as dinâmicas económicas foram mais fortes que do que o impulso económico que lhes advém do seu estatuto de capital administrativa.

QUADRO 8. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DA REGIÃO NORTE ENTRE 1864 E 1991

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1920	1900	1890	1864
Área Metrop. Porto	591497	602018	512503	478484	433816	394094	294319	238868	207103	132756
Porto	302472	327368	306176	303424	281406	258548	202310	166729	146454	89349
Braga	85878	72122	52048	50831	46407	41549	30603	32498	31399	25669
V. Nova de Gaia	68566	62469	50219	44997	38003	34208	22881	19169	16587	10676
Guimarães	52982	53705	45165	43100	35615	30348	19935	19567	17714	15494
Rio Tinto	40907	47616	36895	27100	22269	18738	11105	7890	7569	4785
Ermesinde	34415	29555	15111	12197	9229	7375	4403	2733	2486	1396
Matosinhos	29798	30471	24317	24804	22294	21101	12276	7591	4910	3115
Maia	25885	18114	11654	9390	8162	6941	5144	3712	3404	2512
Póvoa de Varzim	23851	23729	17555	17696	16957	14664	12569	13291	12403	10012
Gondomar	20622	18881	14520	11182	9474	8882	6565	4889	4459	3553
Vila do Conde	19990	20613	16390	12771	11295	9710	7217	5530	5244	4356
S. João da Madeira	18452	16444	14195	11921	9266	7424	4407	3115	2876	2221
Bragança	16079	14379	10001	8662	8818	6595	5370	5310	5839	5093
Viana do Castelo	15562	15447	13451	14371	14023	13869	10717	10090	9765	9727
Vila Real	13809	12860	11202	10672	9285	7917	6232	6661	6014	4760
Valongo	13103	10351	7871	6124	6738	5914	3605	3643	3587	3002
Santo Tirso	12996	11610	10343	10428	8039	6715	4672	3546	2899	1905
Espinho	11888	12851	11795	8799	7989	8013	6244	3691	0	0
Fafe	11584	9871	8128	7126	6855	5966	4698	3615	3071	2080
Chaves	11453	11938	10594	12490	12239	9501	6851	6406	7730	4871
Trofa	11304	10372	7886	6023	4835	3586	2230	1540	1413	1007
Lamego	10630	11267	9671	10206	10288	10384	9086	9544	8840	7702
Peso da Régua	10277	10632	9002	8803	9258	9380	8045	6247	5501	4895
Oliveira de Azeméis	9679	8692	7683	5953	5268	4323	3270	2822	2699	2280
Amarante	8289	7214	6109	5522	4943	4453	3763	3457	3511	2965
Sta. Maria da Feira	8231	5966	5193	4220	3780	3436	2699	2650	2397	2098
Mirandela	8189	8156	5320	5979	5108	4159	2054	2974	2554	1890
Penafiel	7446	7014	5861	6022	6005	5429	5759	4997	4645	4016
Felgueiras	6835	5514	4545	4204	3318	2816	2116	2158	1766	1243
V. Nova de Famalicão	5243	4036	3190	3530	3356	3100	2284	2170	1917	1502
Paredes	5123	4340	3079	2672	2423	2290	1667	1394	1254	965
Lixa	5097	5215	4562	4368	4060	3656	3186	2907	2697	2416
Barcelos	4371	3807	4084	5420	4718	4780	3734	3483	3312	2639
Paços de Ferreira	4320	4123	3070	2549	2009	1640	1221	1002	861	657
Vizela	3799	3280	2489	2455	2055	1719	1207	1227	1059	673
Vale de Cambra	3652	3652	3325	2861	2468	2075	1374	935	868	778
Vila Nova de Foz Côa	2974	3710	2457	4129	4120	3825	3136	3571	3274	2867
Marco de Canavezes	2843	2578	1913	1665	1773	1716	1333	1197	1032	673
Esposende	2789	2189	1533	1751	1760	1629	1603	1524	1599	1499
Miranda do Douro	1950	1793	1746	5867	1331	1290	930	982	988	914
Total	953333	933944	780348	742284	667239	599664	448501	386457	346597	248255

QUADRO 9. EVOLUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DAS CIDADES DA REGIÃO NORTE

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1930	1920	1900	1890	1864
Porto	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Braga	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
V. Nova de Gaia	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4
Guimarães	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3
Rio Tinto	5	5	5	5	6	6	6	7	8	9	11
Ermesinde	6	7	9	11	16	17	21	22	29	28	31
Matosinhos	7	6	6	6	5	5	5	6	9	14	16
Maia	8	11	14	17	18	18	17	18	17	19	21
Póvoa de Varzim	9	8	7	7	7	7	7	5	5	5	5
Gondomar	10	10	10	13	12	13	13	13	16	16	15
Vila do Conde	11	9	8	9	10	10	10	11	13	13	13
S. João Madeira	12	12	11	12	14	16	20	21	25	24	24
Bragança	13	14	18	20	17	20	16	17	14	11	8
Viana do Castelo	14	13	12	8	8	8	8	8	6	6	6
Vila Real	15	15	15	14	13	15	15	15	10	10	12
Valongo	16	22	23	22	22	22	25	25	19	17	17
Santo Tirso	17	18	17	15	19	19	18	20	22	23	27
Espinho	18	16	13	19	20	14	14	14	18	40	40
Fafe	19	23	21	21	21	21	22	19	20	22	26
Chaves	20	17	16	10	9	11	11	12	11	8	10
Trofa	21	21	22	23	27	30	31	31	33	33	33
Lamego	22	19	19	16	11	9	9	9	7	7	7
Peso da Régua	23	20	20	18	15	12	12	10	12	12	9
Oliveira Azeméis	24	24	23	26	24	26	26	26	28	25	23
Amarante	25	26	25	28	26	25	24	23	24	18	18
Sta. Maria Feira	26	28	28	31	31	31	30	29	30	29	25
Mirandela	27	25	27	25	25	27	27	33	26	27	28
Penafiel	28	27	26	24	23	23	19	16	15	15	14
Felgueiras	29	29	30	32	33	33	33	32	32	31	32
V. N. Famalicão	30	33	33	34	32	32	32	30	31	30	29
Paredes	31	31	34	36	35	34	34	34	35	34	34
Lixa	32	30	29	30	30	29	29	27	27	26	22
Barcelos	33	34	31	29	28	24	23	24	23	20	20
Paços de Ferreira	34	32	35	37	37	38	39	38	38	39	39
Vizela	35	37	36	38	36	36	36	39	36	35	38
Vale de Cambra	36	36	32	35	34	35	38	36	40	38	36
Vila N. Foz Côa	37	35	37	33	29	28	28	28	21	21	19
Marco Canavezes	38	38	38	40	38	37	37	37	37	36	37
Esposende	39	39	40	39	39	39	35	35	34	32	30
Miranda do Douro	40	40	39	27	40	40	40	40	39	37	35

3.2. A REDE DE CIDADES DA REGIÃO CENTRO

Observemos agora algumas das características da rede de cidades da região Centro.

Em primeira lugar, constata-se que a população a viver nas cidades da Região Centro cresceu 226% durante o período considerado, (de 123.596 habitantes em 1864

a 403.306 em 1991), taxa que se situa bastante aquém da valor homólogo calculado para o Continente (300%).

À semelhança de outras regiões, também no Centro houve alterações significativas nas posições relativas das cidades entre 1864 e 1991: das 22 cidades consideradas, 3 mantiveram a sua posição, 10 melhoraram-na e outras 9 desceram de ranking.

Das cidades que mantiveram a sua posição na tabela, salienta-se naturalmente Coimbra, cujo lugar no topo da hierarquia nunca esteve ameaçado embora no último recenseamento se registre uma aproximação das cidades que se lhe seguem na classificação.

Das cidades que melhoraram a sua posição, registam-se alguns casos de subidas fulgurantes, por exemplo a Marinha Grande que subiu 11 posições (mas que actualmente está em relativa perda de velocidade) ou Esmoriz (8 posições). Contudo, importa sobretudo assinalar as subidas significativas de Castelo Branco (4 posições), Aveiro (3), Leiria (3) e Guarda (3), todas capitais de distrito.

Das cidades que desceram de posição, o caso da Covilhã (4 posições) chamará porventura mais a atenção pelo facto de se tratar de uma cidade com uma dimensão importante no contexto regional e por se constatar uma tendência persistente de perda relativa de importância nas últimas décadas.

QUADRO 10. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DO CENTRO ENTRE 1864 E 1991

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1920	1900	1890	1864
Coimbra	86751	88804	68187	65031	60062	50771	36755	29933	28505	20679
Aveiro	37391	32851	26976	24067	22173	19035	13459	12442	11279	8292
Figueira da Foz	31662	25728	22290	23621	22913	20274	16561	14681	12589	8954
Castelo Branco	27004	23570	20792	17616	14865	12763	8798	7400	6712	6046
Marinha Grande	26628	25783	18860	15699	13092	10430	7059	5574	4825	3125
Leiria	25878	22173	15582	13928	13780	11268	8451	7227	6976	4933
Viseu	20659	20070	17636	16961	12613	12785	8268	8121	8101	6639
Covilhã	20571	23052	25606	23595	21385	19044	14030	15542	17559	8862
Guarda	18847	17948	13573	12787	11586	9391	7090	6197	6020	4182
Ílhavo	15204	14201	11181	12646	13114	12134	12691	13163	11276	8210
Ovar	14124	18783	16126	14128	13333	12799	10552	10976	11190	10359
Pombal	12805	12409	12441	9973	11353	10480	7374	5798	4318	4262
Esmoriz	9890	8538	7945	5955	5341	4240	3528	3079	2621	1952
Águeda	9792	12230	9371	8345	7522	6452	4381	3807	3938	3561
Mangualde	8570	8146	4616	6972	7223	6543	4996	5160	5038	4162
Fundão	7070	5792	5328	5651	5400	4783	3614	3182	2801	2375
Tondela	6797	7778	7190	7633	7542	7314	5639	5490	5219	4563
Seia	6465	5675	4173	3457	3340	3728	3269	2759	2637	2199
Cantanhede	6322	7534	6990	6630	6374	6027	4817	4296	4434	3953
Gouveia	3937	3944	2652	4215	4359	4135	3288	3400	3150	2600
Oliveira do Hospital	3510	2965	2141	2092	2166	1919	1601	1608	1537	1454
Pinhel	3429	3193	2398	3273	3312	3168	2664	2906	2967	2234
Total	403306	391167	322054	304275	282848	249483	188885	172741	163692	123596

QUADRO 11. EVOLUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DAS CIDADES DA REGIÃO CENTRO

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1930	1920	1900	1890	1864
Coimbra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Aveiro	2	2	2	2	3	4	3	4	5	4	5
Figueira da Foz	3	4	4	3	2	2	2	2	3	3	3
Castelo Branco	4	5	5	5	5	7	7	7	8	9	8
Marinha Grande	5	3	6	7	9	11	11	12	12	13	16
Leiria	6	7	9	9	6	9	9	8	9	8	9
Viseu	7	8	7	6	10	6	8	9	7	7	7
Covilhã	8	6	3	4	4	3	4	3	2	2	4
Guarda	9	10	10	10	11	12	10	11	10	10	12
Ílhavo	10	11	12	11	8	8	6	5	4	5	6
Ovar	11	9	8	8	7	5	5	6	6	6	2
Pombal	12	12	11	12	12	10	12	10	11	15	11
Esmoriz	13	14	14	17	18	18	18	18	19	21	21
Águeda	14	13	13	13	14	15	15	16	16	16	15
Mangualde	15	15	18	15	15	14	16	14	14	12	13
Fundão	16	18	17	18	17	17	17	17	18	19	18
Tondela	17	16	15	14	13	13	13	13	13	11	10
Seia	18	19	19	20	20	20	20	20	21	20	20
Cantanhede	19	17	16	16	16	16	14	15	15	14	14
Gouveia	20	20	20	19	19	19	19	19	17	17	17
Oliveira do Hospital	21	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
Pinhel	22	21	21	21	21	21	21	21	20	18	19

3.3. A REDE DE CIDADES DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

A população das cidades da Região de Lisboa e Vale do Tejo foi multiplicada por cinco durante o período em análise (de 277.419 habitantes em 1864 a 1.426.624 em 1991), o que corresponde ao maior crescimento regional do Continente (QUADRO 12).

Na Região de Lisboa registaram-se alterações especialmente significativas na hierarquia das cidades durante o período 1864 a 1991 (QUADRO 13). Aí se pode verificar que das 25 cidades para as quais foi possível reconstituir a série completa (ficaram de fora Amadora, Entroncamento e Queluz) apenas Lisboa manteve a sua posição.

QUADRO 12. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE LISBOA E VALE DO TEJO

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1920	1900	1890	1864
Área Metr. Lisboa	1241325	1431437	1206326	1076679	968804	835471	587265	415783	355851	232417
Lisboa	663394	807937	769044	802230	783226	694389	484664	351210	300964	190311
Amadora	132319	124014	94069	47355	18789	9762	4062	0	0	0
Setúbal	85289	89867	60280	50966	50455	45345	37002	21722	17891	12728
Queluz	60370	48112	27679	15746	7968	4967	0	0	0	0
Odivelas	53531	84624	51037	27423	6772	3696	2635	1746	1592	1562
Barreiro	47901	46251	35756	23433	22190	19983	10859	5118	3682	2917
Amora	45278	34589	18028	7361	5044	3745	2701	2055	1263	1119
Seixal	28026	21873	12650	9426	8683	7248	5585	3650	3405	3567
Santarém	25019	23169	19099	18561	17113	13993	9918	8443	8143	5964
Alverca do Ribatejo	24168	24092	15192	7618	4665	3323	2736	1973	1786	1705
Montijo	24145	27257	32552	21947	19403	12287	9171	8113	7156	4666
Almada	22550	42684	42757	31523	17804	10755	11478	7749	6745	4011
Caldas da Rainha	21133	18394	13886	11185	11821	9605	6837	4605	4687	2268
Torres Vedras	19923	19096	14668	13091	12307	11908	8392	6853	6078	4135
Loures	19636	32874	13736	7623	6089	5013	4428	4829	4794	4515
Tomar	18636	18835	14837	12974	12250	11445	8053	6710	6063	4112
V. Franca de Xira	18487	19318	14459	13404	11228	10305	7498	5517	4696	4065
Sacavém	16231	27945	19087	10624	6488	4653	4446	2101	1877	1251
Peniche	15304	15455	12557	11388	10611	8780	5429	2781	2924	2963
Entroncamento	14226	11976	9421	7355	6804	6577	0	0	0	0
Torres Novas	12512	11427	10274	8578	9547	8304	6307	5568	5042	3867
Almeirim	10907	10632	8887	8902	11849	10535	7127	5941	4768	3181
Abrantes	10841	9628	8317	8172	11339	10309	7299	5815	5469	4863
Rio Maior	10424	10774	9681	9032	8402	6760	5372	4685	4199	3400
Cartaxo	9014	8526	6783	6665	6280	6947	5491	7171	6629	5177
Fátima	7213	7169	5898	5852	4719	3890	2536	2044	1760	1601
Alcobaça	5121	5305	3870	5166	4526	4227	2661	2323	2172	1458
Ourém	5027	4525	3813	4106	4357	3804	3069	2625	2353	2013
Total	1426625	1606348	1348317	1207706	1100729	952555	665756	481347	416138	277419

À semelhança do que se verificou na área metropolitana do Porto, também em Lisboa as cidades que mais significativamente subiram na hierarquia regional situam-se na sua área metropolitana: Odivelas, Amora, Queluz, Barreiro e Sacavém são os exemplos mais significativos. Fora da zona de imediata influência da capital apenas

haverá a destacar o caso de Caldas da Rainha que subiu sete posições durante o período.

As descidas em Lisboa e Vale do Tejo (e portanto também as subidas) tiveram uma amplitude muito maior do que nas outras regiões: 12 das 17 descidas que constam no QUADRO 14 foram iguais ou superiores a 5 posições. Cartaxo, Abrantes, Rio Maior, Loures e Torres Novas encabeçam a lista das cidades que mais desceram na hierarquia de cidades da região entre 1864 e 1991.

QUADRO 13. EVOLUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DAS CIDADES DE LISBOA E V. DO TEJO

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1930	1920	1900	1890	1864
Lisboa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Amadora	2	2	2	3	5	12	15	20	20	20	20
Setúbal	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2
Queluz	4	5	8	9	18	21	23	24	24	24	24
Odivelas	5	4	4	5	20	27	26	27	28	27	23
Barreiro	6	6	6	6	3	3	3	4	13	16	17
Amora	7	8	11	23	24	26	28	25	24	28	28
Seixal	8	14	18	16	16	16	17	14	17	17	13
Santarém	9	13	9	8	7	4	4	5	3	3	3
Alverca Ribatejo	10	12	12	22	26	28	25	23	27	25	22
Montijo	11	11	7	7	4	5	5	6	4	4	6
Almada	12	7	5	4	6	8	10	3	5	5	11
Caldas da Rainha	13	18	16	14	11	13	13	12	16	14	18
Torres Vedras	14	16	14	11	8	6	6	7	7	7	8
Loures	15	9	17	21	23	20	19	19	14	11	7
Tomar	16	17	13	12	9	7	7	8	8	8	9
V. Franca de Xira	17	15	15	10	13	11	12	9	12	13	10
Sacavém	18	10	10	15	21	22	22	18	23	23	27
Peniche	19	19	19	13	14	14	11	16	18	18	16
Entroncamento	20	20	22	24	19	19	21	21	21	21	21
Torres Novas	21	21	20	19	15	15	14	13	11	10	12
Almeirim	22	23	23	18	10	9	8	11	9	12	15
Abrantes	23	24	24	20	12	10	9	10	10	9	5
Rio Maior	24	22	21	17	17	18	16	17	15	15	14
Cartaxo	25	25	25	25	22	17	18	15	6	6	4
Fátima	26	26	26	26	25	24	27	28	25	26	25
Alcobaça	27	27	27	27	27	23	20	26	22	22	26
Ourém	28	28	28	28	28	25	24	22	19	19	19

3.4. A REDE DE CIDADES DO ALENTEJO

A população das cidades do Alentejo aumentou de 66.022 habitantes em 1864 para 165.949 em 1991 (QUADRO 14). Apesar deste aumento significativo, a taxa de crescimento da população das cidades do Alentejo foi a mais baixa de todas as regiões.

A análise da evolução da posição hierárquica das cidades do Alentejo (QUADRO 15) mostra em primeiro lugar que Évora foi desde sempre e de forma indiscutível a primeira cidade da região. A semelhança das outras regiões, também no Alentejo se registaram alterações significativas no posicionamento hierárquico das diferentes cidades. Das 12 cidades consideradas 5 subiram de posição, 2 mantiveram e 5 desceram.

Das que subiram as maiores subidas foram as de Vendas Novas (5 posições), Sines (4 posições) e de Ponte de Sôr (3 posições). De registar também o bom comportamento de duas capitais de distrito, Beja e Portalegre que subiram duas posições.

A maior descida foi a de Estremoz (8 posições), seguindo-se um lote de quatro cidades que desceram duas posições (Elvas, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Moura).

QUADRO 14. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DO ALENTEJO ENTRE 1864 E 1991

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1920	1900	1890	1864
Évora	42399	41102	34954	34145	31243	26416	16133	16004	15352	11078
Beja	22061	22193	18364	18040	16893	14145	10515	8839	8396	6640
Portalegre	16096	15824	12477	13374	13153	11422	9858	11899	10600	6609
Elvas	13393	12505	9729	11036	11107	10771	9082	11462	11077	7974
Sines	11253	12075	7150	8866	9534	8859	5586	3988	3580	3148
Montemor-o-Novo	10194	11246	9436	13115	12678	12318	9485	7176	6643	6058
Vandas Novas	9846	10933	8587	9675	10943	9051	5529	3107	2546	1863
Ponte de Sôr	9170	11611	10445	13010	12782	10802	6698	3847	3096	2196
Alcácer do Sal	8818	12131	13203	14733	14700	12515	8670	5953	6000	5693
Moura	8643	9259	9540	12126	11510	9610	6991	5946	5173	5451
Estremoz	8037	9375	9413	10122	10768	10015	8591	7510	6958	6646
Santiago do Cacém	6039	6776	6088	6939	6645	7351	5103	4188	3969	2666
Total	165949	175030	149386	165181	161956	143275	102241	89919	83390	66022

QUADRO 15. EVOLUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DAS CIDADES DO ALENTEJO

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1930	1920	1900	1890	1864
Évora	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Beja	2	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4
Portalegre	3	3	4	4	4	5	4	3	2	3	5
Elvas	4	4	6	8	8	7	6	5	3	2	2
Sines	5	6	11	11	11	11	9	10	10	10	9
Montemor-o-Novo	6	8	8	5	6	4	5	4	6	6	6
Vandas Novas	7	9	10	10	9	10	11	11	12	12	12
Ponte de Sôr	8	7	5	6	5	6	8	9	11	11	11
Alcácer do Sal	9	5	3	3	3	3	3	6	7	7	7
Moura	10	11	7	7	7	9	10	8	8	8	8
Estremoz	11	10	9	9	10	8	7	7	5	5	3
Santiago do Cacém	12	12	12	12	12	12	12	12	9	9	10

3.5. A REDE DE CIDADES DO ALGARVE

Também a população das cidades do Algarve aumentou significativamente passando de 64.271 habitantes em 1864 para 167.480 em 1991 (QUADRO 16) mas a taxa de crescimento do conjunto das cidades foi bem superior (300% contra 161%).

A análise da evolução da posição hierárquica das cidades do Algarve (QUADRO 17) revela em primeiro lugar um aspecto inédito em relação às outras regiões que é o facto de a sua capital nem sempre ter sido a cidade mais importante do Algarve. Com efeito só a partir de 1930 é que Faro subiu ao topo da hierarquia quedando-se antes, a maior parte das vezes, pela quarta posição.

As alterações no posicionamento hierárquico durante o período 1864 a 1991, envolveu 6 cidades numa região que só conta com 9. As que subiram foram Portimão, Albufeira e Faro, todas cidades do litoral, e as que desceram foram Loulé (6 posições), Tavira (4) e Silves (1), todas cidades do interior.

QUADRO 16. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DO ALGARVE ENTRE 1864 E 1991

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1920	1900	1890	1864
Faro	39661	35628	22331	24877	22085	20100	12825	11336	9373	8097
Portimão	31223	26268	18452	17145	16684	14679	9154	7897	6961	5499
Olhão	25733	22894	16081	19291	20092	17935	14588	12965	11469	8811
Albufeira	15373	11979	7840	8416	8517	7760	7390	5816	4871	4078
Lagos	14378	12860	9967	10008	9526	9277	9572	8236	8381	7257
Tavira	11278	12046	9985	12046	13837	12267	11033	12242	11746	10343
Loulé	10978	10755	7926	9325	10796	11288	9268	12732	18984	12146
Silves	10674	9925	8309	9014	10237	10398	9570	9692	8396	5047
V. Real St. António	8182	13018	10314	11096	9962	8988	5608	6224	5544	2993
Total	167480	155373	111205	121218	121736	112692	89008	87140	85725	64271

QUADRO 17. EVOLUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DAS CIDADES DO ALGARVE

Cidade	1991	1981	1970	1960	1950	1940	1930	1920	1900	1890	1864
Faro	1	1	1	1	1	1	1	2	4	4	4
Portimão	2	2	2	3	3	3	3	7	7	7	6
Olhão	3	3	3	2	2	2	2	1	1	3	3
Albufeira	4	7	9	9	9	9	9	8	9	9	8
Lagos	5	5	3	6	8	7	7	4	6	6	5
Tavira	6	6	5	4	4	4	4	3	3	2	2
Loulé	7	8	8	7	5	5	6	6	2	1	1
Silves	8	9	7	8	6	6	5	5	5	5	7
V. Real St. António	9	4	4	5	7	8	8	9	8	8	9

CONCLUSÃO

Neste artigo foram apresentados os primeiros resultados de um projecto de investigação em curso sobre a dinâmica das cidades do Continente baseada na exploração de dados demográficos apurados em todos recenseamentos efectuados em Portugal desde 1864. Nesta fase do trabalho, duas conclusões principais emergem da análise dos resultados dos exercícios realizados com a informação estatística recolhida para o efeito.

A primeira, de natureza metodológica, é que a proposta de associar a cidade estatística à soma das freguesias pelas quais ela se reparte, excluindo aquelas em que a população da cidade não atinge a fasquia dos 50%, parece ser uma base aceitável para o desenvolvimento da investigação na medida em que não introduz, salvo em casos pontuais, enviosamentos significativos na análise, conforme ficou demonstrado nos teste empíricos efectuados.

A segunda conclusão, tem a ver com a riqueza da informação recolhida e o potencial de ensinamentos que ela encerra e que, para já, só foi possível analisar em parte. Mesmo assim, os exercícios efectuados revelam um território em rápida mutação, onde as cidades conhecem dinâmicas muito diferenciadas, quer no contexto regional em que foram apresentadas, quer numa óptica das suas presumidas interdependências. Das profundas alterações no povoamento a que se assistiu durante o último século, sobressai claramente o processo de reforço progressivo das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, cada uma com a sua constelação de cidades, numa teia de interacções e complementaridades que definem espaços estruturados com lógicas territoriais fortes e dinâmicas de concentração que parece difícil contrariar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIROCH, P. (1988), Cities and Economic Development: From the Dawn of History to the Present, University of Chicago Press
- BAUMONT, C., BEGUIN, H. e HURIOT, J.-M. (1996) “Définir la ville”, Comunicação apresentada no XXXIIº Colóquio da ASRDLF, Berlim 2 a 4 de Setembro de 1996
- CAMAGNI, R. (1992), Economia Urbana: Principi e Modelli Teorici, La Nuova Italia Scientifica, Roma,
- COMISSÃO EUROPEIA (1997), A questão urbana: orientações para um debate europeu documento disponível na internet no seguinte endereço: www.inforegio.cec.eu
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998), Tipologia de áreas urbanas, 10p.
- MUMFORD, L. (1961), The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospect, Harcourt, Brace, & World, Nova Iorque
- O'SULLIVAN, A (1995), Urban Economics, Irwin, Boston, (3ª ed.) (data 1ª edição: 1992)
- POLESE, M., (1998), Economia Regional e Urbana, APDR, Coimbra, (versão original publicada pela Economica, Paris, 1994)
- PUMAIN, D. e outros (1992), Le concept statistique de la ville en Europe, OPOCE
- SALGUEIRO, T. B. (1992), A Cidade em Portugal, Edições Afrontamento, Porto.